

POLÍTICA

MARTINS PEREIRA EXPLICA PORQUE SAI DO GOVERNO

O eng.º João Martins Pereira, que entrou para o IV Governo Provisório (formado após o 11 de Março), ocupando a pasta de secretário de Estado da Indústria e Tecnologia, apresentou a sua demissão ao primeiro-ministro na passada segunda-feira. Em documento que recebemos esta manhã, e a seguir transcrevemos na íntegra, Martins Pereira explica as razões da sua demissão:

«Sair do Governo poucos dias depois de o ter feito o Partido Socialista apresenta o risco evidente de se ver associado nas suas motivações com essa organização partidária.

Sair do Governo, sendo um dos responsáveis por importante sector da actividade económica — a indústria —, no momento em que é grave a situação económica e em que tanto se fala de batalha da economia implica também o risco de ser acusado de deserção, de abandonar o barco individualmente, quando ele se começa a afundar.

Sair do Governo — sendo mais ou menos conhecido como defensor de um socialismo fortemente descentralizado e de uma via para ele em que, desde já, se accentue o efectivo poder de controlo pelos trabalhadores a vários níveis — no momento em que o M. F. A. aprova um documento-guia sobre poder popular que vai no mesmo sentido, parece pelo menos incoerente e pode levantar suspeitas quanto à sinceridade das convicções anteriormente exibidas.

Sair do Governo no momento em que alguns parecem interessados, por estratégias obscuras, em descobrir divergências insuperáveis dentro do próprio Ministério da Indústria, que não têm o mínimo fundamento, e correr o risco de que esses mesmos se aproveitem disso em seu favor.

Pois bem, sair do Governo nestas condições, quando se está consciente de que se poderia ser objecto de tais acusações e especulações, significa que se tem a coragem política — coisa que tanto tem faltado entre nós — de tomar, num momento particularmente desfavorável, uma decisão que se está igualmente consciente de não poder adiar mais. E que o único e último serviço que ainda se poderia prestar e precisamente o de explicar publicamente e sem rodeios os motivos profundos deste aparente suicídio político.

A este pequeno luxo se podem dar aqueles que, não recebendo ordens de quaisquer grupos ou partidos, mantêm o privilégio de a vulnerabilidade, também de pensar pela sua própria cabeça.

A explicação teve de ser longa. Vamos, pois, a ela sem demoras.

1 — Actuação dos partidos e projecto político.

Foi só a partir do 28 de Setembro, mas sobretudo com o dobrar do ano e a questão da unidade sindical, que se começaram a definir os contornos de uma «questão partidária» que desde então não cessou de se agravar.

Refiro-me, é claro, aos conflitos surgidos entre o Partido Socialista e o Partido Comunista, que vieram sucessivamente a polarizar-se sobre determinados problemas concretos: eleições, 1.º de Maio, informação, etc.

Seria demasiado simplista, e isso tem sido feito, dizer que um dos partidos se «insere no processo revolucionário» e o outro não — ainda que se tenha o cuidado de distinguir no segundo, o Partido Socialista, as bases das cúpulas. Até se pode admitir que isso fosse correcto, em primeira aproximação, só que é insuficiente para resolver as questões fundamentais que têm mais a ver com classes do que com partidos. Ora, a clivagem entre os dois partidos es-

tá longe de corresponder a de duas hipotéticas classes sociais que irredutivelmente se degladiam: há operários e trabalhadores de diversos sectores; há pequena e até média burguesia em ambos os partidos, mesmo que as proporções respectivas sejam distintas. Daí que o «drama» histórico da revolução portuguesa esteja no facto de que o bloco social mobilizável por um projecto revolucionário de socialismo fortemente participado não se possa confundir rigorosamente com as massas mobilizáveis por qualquer dos partidos (como tudo seria mais fácil em tal caso). Esta divisão partidária corresponde a um corte vertical que separa os que julgam reconhecer-se num tal «socialismo em liberdade» propriamente indefinido (ou que dele se pretendem aproveitar), e que não é mais do que uma impossível miragem do sistema que conhecem as ricas sociedades democracias europeias, dos que num «partido dos trabalhadores», cuja organização, disciplina e segurança lhes prometem uma nova ordem socialista de modelo igualmente conhecido dos «iniciados», sendo para os outros um mito com enorme força mobilizadora. Sucede assim que as massas de apoio destes dois partidos se encontram polarizadas por dois projectos políticos não só inconciliáveis como, provavelmente, ambos inviáveis (o primeiro, pelo menos, sem margem a dúvidas).

Ora, o tal bloco social antes referido teria que passar por um corte horizontal que unisse uma largá maioría das massas trabalhadoras e certas fracções da pequena e média burguesia (como forças de apoio indispensáveis) em torno de um projecto político viável e claramente acessível, que com nenhum dos anteriores pudesse ser confundido. Mas reconhecer isto e reconhecer várias outras coisas que daí derivam, em primeiro lugar, que tal projecto político, condição necessária do avanço de curso do processo revolucionário, não pode ser obra de qualquer «coligação partidária» através da qual se dá apenas uma justaposição (confusão) de projectos incompatíveis. Segundo, em consequência, que só uma força política acima dos partidos poderia definir tal projecto, impô-lo e discipliná-lo. E terceiro, talvez o mais importante, que é indispensável tomar em fim consciência do mito «Povo» (M. F. A.) e compreender que nenhuma revolução se fez com todo o povo: há que ganhar ao processo revolucionário a maioria do povo (sabe-se o que deram revoluções apoiadas em escassas minorias), mas há também que assumir o facto de que se terá uma parte do povo contra o processo. Aqui se põe de novo, em termos de «Povo», a questão do bloco social revolucionário.

Mas convém esclarecer: ao falar de «projecto político» não estou a referir-me a qualquer elaboração teórica «a priori», mas ao exercício de uma prática coerente em que a clara distinção dos projectos partidários desse, no quotidiano, os graduais elementos de uma «teorização» cada vez mais estruturada e possível. Uma autoridade política assim fundamentada con-solida-se por si mesma, sem contestável.

Isto é facilmente compreensível se olharmos à prática partidária: nenhum partido formulou com precisão o seu «projecto político», mas as respectivas práticas são suficientes para que eles se tornem transparentes. De um lado o culto do voto, do parlamentarismo, das «liberdades» em abstracto, a não militância revolucionária, os apoios internacionais que se buscam e com que se acena e se especula, os modos, os comportamentos, a «coratória» inflamada etc., etc. — enfim, um projec-

to burguês patente. Do outro o culto do aparelho, do cupulismo dogmático, da militância acritica, da manipulação da linguagem estereotipada, a repulsa pelas experiências colectivas e pelas práticas de massa não controladas, a importância dada à conquista de posições-chave em todos os sectores, a canina fidelidade ao M. F. A.-mito, etc., a conquista de posições-chaves em todos os sectores, a canina fidelidade ao M. F. A.-mito, etc., massas não tem lugar.

2 — M. F. A., crise económica e autoridade revolucionária.

E o M. F. A.? Qual a sua prática política? Simplificando bastante, diríamos que, até ao 11 de Março, foi difícil ao M. F. A. definir-se, pois a presença de socialistas no seu seio constituía sério obstáculo à sua expressão clara como motor do processo revolucionário. Sucede, porém, que já então iam acesas as lutas partidárias. O M. F. A. viu-se obrigado a inserir-se permanentemente na lógica da divisão «vertical» do «povo» por partidos, o que nem sempre lhe permitiu, antes pelo contrário, evitar identificações que maculavam a sua imagem de isenção e supra-partidário. É certo que conservou sempre uma «componente «populista» de onde sem dúvida terá partido as suas acções mais profundamente revolucionárias, mas isso apareceu sempre mais como um «womantismo» — característico de todas as revoluções mas, também, sempre condenado, em última análise, pelas exigências duras da luta de classes.

De tudo isto resulta, e talvez não pudesse ter sido de outro modo, que a prática política do M. F. A. apareceu frequentemente contraditória, agravando o facto pela criação (ao sabor do desenrolar do processo) de uma multiplicidade de centros de poder efectivo, em domínios parciais mas parcialmente sobrepostos, cada um paulando a sua acção em função de estratégias partidárias ou por reacção a elas. Um mesmo responsável, por vezes, toma posições opostas conforme as circunstâncias: a imagem mesma de todas estas contradições tem sido dada pelo ministro da Comunicação Social, que chega ao ponto de dar uma entrevista a um jornal que uma semana antes classificara de anticomunista (gravíssima acusação, ou não?) e pelo qual mais umas semanas antes manifestara pública consideração!

Tal situação é, por várias razões, compreensível (não se disse já tantas vezes que a luta de classes passa pelo interior do M. F. A.) e não seria dramática se tivéssemos todo o tempo à nossa frente. Mas não temos. Está também já mais que explicada e analisada a gradual degradação dos mecanismos económicos, as enormes dificuldades de uma fase em que se busca destruir as relações capitalistas mas em que se está ainda longe do socialismo. Enfrentar simultaneamente problemas de desemprego, de falta de mercados, de reconversões necessárias, de balança de pagamentos, de boicotes encobertos ou declarados, de escassez de meios financeiros, etc. exige uma disciplina e uma contenção que a maioria dos portugueses ainda não conheceu desde o 25 de Abril. Impõe a adopção de medidas que só uma incontestada autoridade revolucionária tem o direito e o poder de tomar e aplicar.

O M. F. A. apercebeu-se da situação, mas não conseguiu formular a resposta: o Plano de Acção Política constitui novo compromisso, no momento em que já era perigoso mais um compromisso. O M. F. A. confiou ainda nos partidos, confiou ainda numa equipa económica a que atribuiu competência, aplicação, convicção revolucionária. Mas o P. A. P. não podia fa-

zer mais do que preparar nova crise política: de uma forma ou de outra, ela teria de surgir. Ai a temos, pois.

Diz-se-a que, entretanto o M. F. A. aprovou o «documento-guia» sobre o poder popular. É certo. Trata-se de uma apaixonante prefiguração do que poderá um dia ser uma sociedade socialista. É importante, mas a concretização de tal projecto passa, infelizmente, pelos próximos 3 ou 4 meses. E para ultrapassar estes teria sido indispensável que o M. F. A. sisesse publicamente uma profunda autocritica. Teria sido decisivo que pronunciasse publicamente uma séria acusação ao Partido Socialista por, em plena crise política, ameaçar com uma paralisação geral do País, e ao Partido Comunista por, no dia 4 de Julho, ter criado artificialmente um clima de tensão que quase prenunciava uma guerra civil (porquê ter medo das palavras?). Teria sido importante sacrificar algumas cabeças para reconstruir um prestígio que ele próprio considerava abalado.

Faça a isto, o que pode um secretário de Estado, da Indústria no caso vertente? Manter-se calmamente no seu lugar, dando a ideia tranquilizadora de que a indústria está bem entregue, admitindo que nele se continue a depositar confiança? Mas a indústria não está bem nem mal entregue. O problema, simplesmente, não é esse. A indústria «segura-se» no dia em que se «segurar» a economia, e nesse dia «segura-se» o próprio processo revolucionário. Ora isso só é possível fazer-se politicamente, ao mais alto nível político, ao nível M. F. A. Só é possível fazer-se com uma clara afirmação de isenção revolucionária. De outra forma, perder-se-á mesmo assim «segurar» a economia, mas talvez isso custe demasiado em termos revolucionários: será inevitável uma acção repressiva, tanto mais dura quanto mais dias passarem. Mesmo admitindo que um M. F. A., na ausência de outra alternativa, venha a trilhar esse caminho, serão então bem diminutas, as hipóteses de vir a cumprir-se o programa revolucionário do «documento-guia». São grandes os riscos.

Têm sido ditas tantas palavras, tantas têm sido as sábias análises, tantos os avisos, que pela minha parte, não vejo que chegue o verbo para pronunciar o meu alerta e fazê-lo ouvir pelos homens do M. F. A. Aceito os meus riscos. Demito-me.

Nota — O pedido de demissão foi feito no dia 14 de Julho. A decisão estava tomada algumas semanas antes, mas a sua gravidade impôs uma observação atenta dos acontecimentos posteriores à publicação do P. A. P.

Lisboa, 16 de Julho de 1975

COMÍCIO (inesperado) do P. P. D. no Porto

PORTO, 17 — O Partido Popular Democrático surpreendeu, esta manhã, os leitores dos jornais portugueses, incluindo os seus simpatizantes, com um destacado anúncio a três colunas, a anunciar um grande comício, às 21 horas de hoje.

Não é indicado o local da reunião, dizendo-se apenas que a concentração se fará na Praça Velasquez, às Antas. O tema do comício será «O Partido Popular Democrático e o Momento Político Actual».

O anúncio refere, também, as presenças de Emídio Guerreiro, Magalhães Mota, Sá Borges, José Augusto Seabra,

AFIRMA O M. P. D./C. D. E.

A saída do P. P. D. do Governo Provisório insere-se numa vasta aliança contra-revolucionária

A Comissão Central do M. P. D./C. D. E. emitiu um comunicado acerca da actual situação política, no qual afirma:

«1. O M. P. D./C. D. E. alerta os trabalhadores, as massas populares, todos os patriotas, para a intensa campanha reaccionária que está a ser desenvolvida no País para impedir o avanço da Revolução.

Nesta campanha desempenha papel principal o Partido Socialista, em torno do qual se juntam forças reaccionárias e inimigas da Revolução em actividades de provocação e hostilidade ao M. F. A. e ao processo revolucionário.

A saída do P. P. D. do Governo Provisório, depois de ter feito exigências descabidas, dá a manobra em curso a dimensão de uma vasta aliança contra-revolucionária.

2. A reacção usa neste momento todas as armas. Espalha intrigas e calúnias para dividir o M. F. A.; deturpa as medidas do Governo, insinuando que este quer acabar com os pequenos comerciantes, industriais e agricultores; inventa falsos problemas de falta de liberdade; esconde que é a reacção que boicota a aplicação de medidas desejadas pelo povo e procura atribuir a culpa ao M. F. A.; transmite para o estrangeiro a imagem de um País no caso para melhor estimular as pressões do imperialismo e criar dificuldades à nossa economia.

Nas manifestações do P. S. já se gritam palavras de ordem como «O Povo não está com o M. F. A.»

3. Agora que o nosso povo goza de grandes liberdades que nunca teve, que se vai iniciar a reforma agrária, que foram feitas as nacionalizações, que a organização popular tem condições para se desenvolver em aliança com o M. F. A., agora que se abrem grandes perspectivas para o nosso povo de construir a vida, porque sempre lutou, as forças da contra-revolução agitam-se, movimentam-se e procuram mesmo enganar o povo para o arrastar para uma marcha reaccionária sobre Lisboa.

4. É a revolução e as conquistas populares que os reaccionários procuram pôr em causa.

Os trabalhadores, as massas populares, todos os patriotas e revolucionários, tenham ou não filiação partidária, devem tomar nas suas mãos a defesa da Revolução. Imediatamente.

Tentar separar o Povo do

M. F. A. é criminoso e anti-patriótico.

Tentar criar um clima de agitação provocatória, quando o País precisa de trabalho e seriedade, é contra-revolucionário.

Tentar separar o povo do de direita, pelo afastamento das forças revolucionárias, e contra o M. F. A., é uma cartada para tentar salvar o capitalismo, é um golpe contra os interesses do nosso povo.»

Unidade e vigilância contra a reacção

«A medida que novas decisões vão sendo adoptadas pelo Conselho Superior da Revolução, pela Assembleia do M. F. A. e pelo Governo, no sentido de fazer avançar o processo revolucionário, a caminho do socialismo, em defesa dos interesses das camadas mais desfavorecidas da população do nosso país, aqueles que nisso não estão interessados, pois o que pretendem é prolongar a exploração capitalista que lhes permite manter os seus privilégios, lançam mão de todos os meios para impedir a aplicação dessas medidas que traduzem o avanço do processo revolucionário português, a caminho de uma sociedade mais justa, de uma vida mais feliz, a caminho do socialismo» — lê-se num comunicado divulgado pela Comissão Distrital do Porto do M. P. D./C. D. E., subordinado ao título «Unidade e vigilância contra a reacção».

No referido comunicado faz-se, a seguir, pormenorizado relato de tudo o que «tem servido para os reaccionários se darem as mãos», e, a terminar, refere-se:

«Denunciando os laços, mais ou menos visíveis, que ligam todas estas iniciativas da reacção, o M. P. D./C. D. E. alerta para a necessidade da sua identificação junto das mais vastas camadas da população, que se pretendem isolar e voltar contra o processo revolucionário português, de forma a tornar cada vez mais firme a aliança do povo com o M. F. A., que é a garantia da defesa das conquistas revolucionárias e da caminhada das massas populares para o socialismo.»

A SESSÃO DE HOJE DO MUNICÍPIO LISBOETA

Hoje, às 21.30, reKne-se nos Paços do Concelho a Comissão Administrativa Municipal de Lisboa, consoante da ordem de trabalhos a apreciação, entre outros, dos seguintes temas:

— Alienação e compra de imóveis; ratificação de despachos proferidos ao abrigo do art.º 78.º do Código Administrativo; lançamento de derrama sobre as contribuições predial rústica e urbana e industrial, destinada à construção de habitações de tipo social, à urbanização das respectivas áreas e à construção de colectores; alteração da tabela de taxas em vigor nos parques de estacionamento dos Restauradores e da Alameda D. Afonso Henriques; alteração do art. 64.º do Regulamento Municipal de Trânsito; aceitação da doação de 50 000 contos pela Fundação Gulbenkian, para a construção, em dez bairros degradados de Lisboa, de dez escolas e, noutros cinco bairros, de dez creches; aprovação do 2.º Orçamento Suplementar ao ordinário de 1975.

Estes e outros temas são objecto de propostas que se encontram em exposição no átrio dos Paços do Concelho.